DOI 10.61470/o.v23i1.74931

O antiliberalismo e o pensamento autoritário de Belisário Penna

Leonardo Dallacqua de Carvalho, docente da
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Resumo: O artigo é resultado de discussões sobre o pensamento político do sanitarista brasileiro Belisário Penna, especialmente no que tange ao antiliberalismo e ao pensamento autoritário. Desse modo, aponto como o discurso de "consciência sanitária" poderia ser eficaz para resolver problemas relacionados à saúde pública, mas também para a moralização política. Para reorganizar o Brasil desorganizado pelo federalismo, portanto, era necessária uma concepção autoritária aliada a uma forte centralização política e administrativa.

Palavras-Chave: Autoritarismo; antiliberalismo; Belisário Penna; Saneamento

Abstract: The article is the result of discussions on the political thought of the Brazilian sanitarian Belisário Penna, especially regarding antiliberalism and authoritarian thought. In this way, I point out how the discourse of "sanitary consciousness" could be effective in solving problems related to public health, but also for political moralization. To reorganize the Brazil disorganized by federalism, therefore, an authoritarian conception allied with a strong political and administrative centralization was necessary.

Keywords: Authoritarianism; antiliberalism; Belisário Penna; Sanitation

Resumen: El artículo es el resultado de discusiones sobre el pensamiento político del sanitarista brasileño Belisário Penna, especialmente en lo que respecta al antiliberalismo y al pensamiento autoritario. De esta manera, señalo cómo el discurso de "conciencia sanitaria" podría ser eficaz para resolver problemas relacionados con la salud pública, pero también para la moralización política. Para reorganizar el Brasil desorganizado por el federalismo, por lo tanto, era necesaria una concepción autoritaria aliada a una fuerte centralización política y administrativa.

Palabras clave: Autoritarismo; antiliberalismo; Belisário Penna; Saneamiento

O texto a seguir é resultado da tese publicada sobre a trajetória do sanitarista brasileiro Belisário Penna, destacando sua posição intelectual em relação ao antiliberalismo e ao pensamento autoritário. Nascido em Barbacena, no estado de Minas Gerais, formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Sua trajetória foi marcada pelo envolvimento nas campanhas sanitárias da Diretoria Geral de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, no início do século XX, assim como pela viagem realizada com o médico Artur Neiva pelas regiões de Pernambuco, Piauí, Goiás e Bahia. Sua principal produção intelectual foi Saneamento do Brasil (em duas edições, 1918 e 1923), na qual abordava diversos problemas do Brasil por meio de soluções que envolviam a conscientização sanitária, discussões políticas e morais, integração nacional e a possibilidade de regeneração da população doente por meio de medidas sanitárias (CARVALHO, 2019; HOCHMAN, 2012; LIMA e HOCHMAN, 2000; CASTRO-SANTOS, 1985).

Frequentemente, Penna apontava e discutia o cenário político do Brasil, elegendo diferentes causas para o seu atraso e ingovernabilidade. Entre várias posições, era um desiludido com a República e com o processo de federalismo brasileiro. Nesse sentido, um de seus principais objetos de crítica foi o liberalismo que dominou a agenda política brasileira na Primeira República. Portanto, após discutir as desilusões com a República e as consequências do federalismo, pretendo demonstrar a descrença em um dos principais pilares de sustentação e justificativa da República: o liberalismo.

Críticas antiliberais e pensamento autoritário

Na análise de Wanderley Guilherme dos Santos, os liberais brasileiros eram seduzidos pelo que nomeou de *fetichismo institucional*, uma crença na qual ao construir um caminho livre para o funcionamento das instituições, isto é, sem o poder centralizador do Estado ou do monarca, o país poderia seguir o caminho liberal de sucesso, à moda dos Estados Unidos, por exemplo. Um pressuposto smithiniano estaria na concepção de um governo distante do mercado, mas ao mesmo tempo fiscalizando qualquer questão que impedisse o seu funcionamento (SANTOS, 1978, p. 80). Na tradição liberal brasileira, os “liberais

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

doutrinários"[1], na expressão deste autor, eram representados por intelectuais como Tavares Bastos, Assis Brasil (1857-1938) e Rui Barbosa. Acreditavam que a letra da lei seria suficiente para criar uma instituição forte que garantisse as condições de desenvolvimento do liberalismo.

Por outro lado, o liberalismo e a descentralização do Estado eram considerados para os opositores do regime republicano como os principais responsáveis pela desorganização social, política e econômica. Portanto, a inversão desse processo demandaria duas ações verticais. Em primeiro lugar, a centralização, efetuada com maior poder interventivo da União nos estados, no que talvez tenha sido um dos principais consensos entre os críticos à Primeira República. Em muitos casos esta centralização poderia significar também a aplicação de uma ideologia antiliberal, executada na prática pela mão de um Estado autoritário. Penna alimentava ambas as propostas. Como mencionei anteriormente, suas alusões à Monarquia não representavam o desejo do retorno ao regime, pois acreditava que em um determinado momento a própria Monarquia seria superada naturalmente pela República. Sua lembrança à Monarquia devia-se à forma de organização centralizada e fortalecida por um Poder Moderador soberano às províncias.

Na interpretação de Oliveira Vianna, a sociedade brasileira apresentava características de clã e um espírito autoritário, dificultando a aplicação de uma doutrina liberal pura. Portanto, "O Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal" (SANTOS, 1978, p. 93). A classificação realizada por Wanderley dos Santos sobre o pensamento autoritário me interessa. Em síntese, os adeptos do que o autor chama de "autoritarismo instrumental"[2] são classificados como aqueles que creem em um Estado forte para a tomada de decisões e alcançar determinadas metas. Eles também acreditavam que o autoritarismo resultaria posteriormente em uma sociedade liberal, podendo ser descartado como

---

1 Santos define da seguinte forma os *liberais doutrinários*: "[...] são, portanto, as sucessivas facções de políticos e de analistas que, desde meados do século XIX, sustentaram a crença de que a reforma político-institucional no Brasil, como em qualquer lugar, seguir-se-ia naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas. [...] Assis Brasil e Rui Barbosa podem, talvez, ser considerados como os mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário, nas primeiras décadas da República, com suas crenças inabaláveis de que boas leis criam boas e eficientes instituições, e que boas instituições garantem a qualidade moral do sistema" (Santos, 1978, p. 97).

2 Bolívar Lamounier critica a noção de "autoritarismo instrumental". Segundo Ricupero, para Lamounier "[...] com base num objetivo impreciso – a 'ordem burguesa' -, ela apenas incorporaria 'a autoimagem do próprio pensamento autoritário', que continuaria uma tradição intelectual brasileira, defensora de que 'os tecno-intelectuais alojados no aparelho de Estado', grupo que *Os donos do poder* chama de estamento burocrático, 'constituem uma elite especialíssima, movida por intentos altruístas, por uma visão de grandes horizontes e uma incomparável objetividade. Assim, além do 'fetichismo institucional' dos liberais, discutido por Santos, haveria o 'objetivismo tecnocrático', praticado por conservadores, pensadores autoritários e pelo próprio autor de Ordem burguesa e liberalismo político" (RICUPERO, 2016, p. 401).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

orientação após atingir esta finalidade (SANTOS, 1978, p. 103). É pouco provável que Penna pensasse o autoritarismo e a centralização como medida para alcançar uma sociedade liberal. Ao contrário, lhe interessava o pressuposto de centralização e regulação do Estado na vida social. Esta medida fortaleceria a ação de suas propostas saneadoras e moralizantes. A forma como enxergava D. Pedro II e o paternalismo estatal demonstra, a meu ver, uma profunda crença de que a sociedade somente prosperaria se fosse tutelada por um Estado centralizador e vigilante.

É importante sublinhar as particularidades do pensamento autoritário de Penna para evitar enquadrá-lo em esquemas pré-definidos. Os modelos sugeridos por Santos e por Bolívar Lamounier permitem estabelecer um pano de fundo para melhor compreensão das singularidades do pensamento de Penna e para propor comparações com outros autores. Tendo em mente a complexidade desse debate, este tipo de exercício contribui para melhor posicionar as suas ideias, sejam as discordâncias ou as concordâncias.

Além da ausência de pensar um ponto de chegada liberal como prerrogativa do autoritarismo instrumental, Penna também não fazia coro ao industrialismo. Pelo contrário, sua fiel concepção ao agrarismo e a alternativa da lavoura o colocava no movimento contrário aos anseios da industrialização. O ponto de partida econômico para a sociedade brasileira não deveria ser a indústria, mas o campo. Era por meio da agricultura que o Brasil assentaria as bases para uma possível industrialização. A formação do pensamento autoritário de Penna passa por uma seleção de argumentos tanto de Oliveira Vianna como de Alberto Torres. À medida que a regulação da sociedade pelo Estado era uma necessidade, a questão agrária para a organização social era igualmente uma exigência.

O autoritarismo é por definição um regime político preocupado com o controle das liberdades dos sujeitos, uma vez que a imprevisibilidade é uma característica do ser humano (SANTOS, 1978, p. 122). Essa definição de Wanderley dos Santos é desenvolvida por meio da concepção de que o Estado autoritário define por lei punitiva o que antes era escolha individual. O sistema de coerção torna-se prática comum no autoritarismo em vista do controle da imprevisibilidade (SANTOS, 1978, p. 123-124). Na perspectiva de Penna, este controle era necessário porque o excesso de liberdade prejudicava o projeto de saneamento, cuja intervenção na vida pública e privada era uma exigência. O consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, aparece como demonstrativo do modo pelo qual o autor pensava a necessidade de um método coercitivo por parte do aparato Estatal. Penna considerava o álcool como propagador de doenças e um dos responsáveis pela degeneração da raça. Desse modo, procurou controlar o consumo

tanto por meio de taxações e multas financeiras, além de restringir o horário de uso da bebida. Era função do Estado se antecipar contra o "perigo social" – as liberdades dos sujeitos – que prejudicava a ordem coletiva. De maneira mais ampla, Penna avaliava:

> Assim foi com a importação do negro e o trabalho escravo; com a desorganização desse trabalho, sem o cuidado prévio de substituí-lo por outra organização que impedisse o desbarato da lavoura; com o regime inadequado, *por excessivamente liberal para o nosso meio atrasadíssimo*, e finalmente *com a política desbragadamente protecionista, para implantação extemporânea de indústrias artificiais e desenvolvimento do urbanismo, num país de imenso território, escassa e esparsamente povoado, ainda no período pastoril e agrícola*, por que passaram todos os demais, que procuramos imitar fora de tempo e de propósito (PENNA, 1932, p. 4).

Neste quadro está sintetizado o problema liberal para Penna. A busca pela imitação de um modelo constitucional estrangeiro e anacrônico[3] de liberalismo desorganizou a lavoura e a mão de obra. Ao invés de buscar uma solução para a sua reorganização, o governo preferiu investir em indústrias, deixando a questão agrária à deriva. Este cenário era agravado com a questão moral dos homens públicos que teriam sequestrado o Brasil da população (PENNA, 1918, p. 78). Assim, uma população abandonada e ignorante precisaria de uma tutela para ser conduzida. Os diagnósticos são semelhantes aos de Torres, bem como as soluções. Torres pensava o governo centralizado como uma fortaleza para cumprir seu papel de agente desenvolvedor dos indivíduos e coordenador da sociedade (TORRES, 1914, p. 158). O trecho a seguir, do jurista fluminense, resolve a questão para Penna:

> Ao Estado cumpre igualar as possibilidades e os meios de trabalho e de propriedade. Só depois desta obra de regeneração de instituições, costumes, tradições e tendências, contrários ao desenvolvimento espontâneo de todas as capacidades pessoais e favoráveis à formação de relações desiguais, se poderá decidir se o individualismo exprime um ideal, nas relações do homem com a sociedade (PENNA, 1918, p. 244).

A transformação desse cenário ocorreria por meio de um Estado tutelar, que estabeleceria tanto os cuidados com a saúde pública quanto se comprometeria com uma reforma moral dos indivíduos. O Estado autoritário desejado por Penna, além da centralização política, regularia a economia e controlaria a sociedade em vista de uma ordem social, principalmente

3 Para Penna, o país não poderia conceber uma estrutura política liberal enquanto sua população fosse ceifada pela fome, analfabetismo, alcoolismo e doenças. De modo que considera o término precoce da Monarquia como um agravamento dessas condições. Para ele, inexistia no Brasil traços históricos de uma sociedade liberal, ou seja, era incoerente haver um Estado de concepção liberal. Ao passo que os países denominados de "alta cultura" como os Estados Unidos e a Inglaterra eram condicionados à adoção do liberalismo, no Brasil não havia essa possibilidade.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

na saúde pública. Se estava comprovada a ineficácia da *mão invisível* para o sucesso do liberalismo brasileiro, era preciso reorientar as direções a partir da *mão visível do Estado*.

Se a maioria dos problemas do país decorria das escolhas erradas da classe dirigente, quais seriam as soluções preconizadas por Penna para reverter este quadro histórico? A pergunta sugere um posicionamento contrário àquele de caráter liberal e adepto da descentralização. Nesse sentido, o sanitarista brasileiro permanecia na fileira dos intelectuais defensores do Estado enquanto participante e regulador da vida social. O papel do poder público era o de afastar as barreiras em vista do florescimento de uma autêntica sociedade brasileira (SANTOS, 1978, p. 54). A linha de raciocínio é construída por meio do entendimento de que o indivíduo faz parte de um organismo social e cabe ao Estado a sua organização. Ao Estado, o organismo social deve obediência e disciplina. A consciência da obediência e disciplina é alimentada pelo sentimento de pertencimento à nação. O autoritarismo passava a ser uma crença para uma nação integrada, uma vez que "É próprio do autoritarismo regular extensamente o cotidiano dos cidadãos" (SANTOS, 1978, p. 122). Em vista da nacionalidade a ser buscada, o aspecto comunitário da sociedade tornava-se uma exigência. Um Estado centralizado, como nos mostra Cristina Fonseca ao visitar as interpretações dos autoritários, "[...] seria o principal ator na transformação de nossa dinâmica política. Este estado deveria atuar sobre os órgãos federativos de modo a neutralizar a interferência dos poderes locais constituídos" (FONSECA, 2007, p. 72). Isto é, o aspecto moral, importantíssimo para Penna, estava nessa concepção de reforma do Estado.[4]

A "Era do Saneamento", prognosticada por Penna, consistia na mudança de diálogo entre União e os estados. O modelo interventor contribuiria para a integração nacional, em oposição ao bairrismo que resultava o federalismo. O intervencionismo da União criaria um sentimento de unidade e conexão entre os estados. Não à toa cada parceria firmada entre estados e o Departamento Nacional de Saúde Pública era comemorada por Penna como uma vitória da consciência sanitária e da integração nacional. A metáfora utilizada por Penna para definir o papel do Estado na intervenção nacional oferece amostras do sentido tutelar: "A União deveria ser a argola a que se achassem presas as vinte chaves dos edifícios que constituem a nação - os

4 Penna permaneceu nessa convicção durante a década de 1930: "A sociedade é um organismo, como o do homem, que exige sinergia de trabalho dos seus aparelhos e constante vigilância dos seus órgãos para funcionar com regularidade e proveito" (PENNA, Belisário. *A educação Rural:* o problema brasileiro e sua enorme importância social e econômica. Conferência realizada na Associação Brasileira de Educação pelo Dr. Belisário Penna, junho de 1931, p. 19).

Estados; - deveria ser a superintendente, a tutora, e a responsável pela administração desses edifícios com as suas terras e habitantes" (PENNA, 1918, p. 91).

Dando um passo adiante, tal crença levou Penna a considerar o Estado autoritário como caminho para o antiliberalismo e para o fortalecimento do poder público. A perspectiva de Bolívar Lamounier sobre a formação autoritária na Primeira República oferece a dimensão do pensamento político comprometido com "[...] um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade" (LAMOUNIER , 2006, p. 384). O cientista político conceituou essa reflexão como *ideologia de Estado*.[5]

Enquanto definição dos intelectuais pertencentes a este grupo, Lamounier caracteriza-os como sujeitos em busca pela escalada no poder burocrático, sentimento altruísta, nacionalismo e instrumentalização científico-sociológica na crítica ao constitucionalismo formal (LAMOUNIER , 2006, p. 384). Ademais, esta é uma matriz ideológica que se opõe, segundo o autor, à concepção de mercado (LAMOUNIER , 2006, p. 385). A *mão visível do Estado*, para Penna, domesticava o mercado e desamarrava ideologicamente a compreensão do liberalismo como projeto econômico-social de nação.

Aliás, não acredito que exista um tipo único de autoritarismo capaz de integrar todo pensamento político dos intelectuais da Primeira República. A fisiologia de uma *ideologia de Estado* como modelo totalizante para identificar teóricos do autoritarismo da Primeira República não pode ser assumida como matriz incontestável de análise, especialmente em relação a Penna. Wanderley dos Santos, nos acalorados debates historiográficos com Lamounier nos anos de 1970, criticava a confusão conceitual da *ideologia de Estado,* entendendo como imprecisa e determinista (SANTOS, 1878, p. 32-33).[6]

No entanto, no contexto deste texto, penso ser razoável debater o modelo de *ideologia de Estado*. Lamounier esquematiza sua tese com base no pensamento de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, intelectuais ligados ao pensamento autoritário da Primeira República. Para o cientista político, o primeiro item, que caracteriza a *ideologia de Estado* é o *Predomínio do princípio "estatal" sobre o princípio de mercado*, definido como a defesa de uma ideologia estatal sobrepondo uma ideologia de mercado. O

5 Uma vez que não pretendo aprofundar sobre os embates historiográficos em torno desses termos, embora tal discussão também seja importante, recomendo o primeiro capítulo de: RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

6 Lamounier considerou a definição de Ordem Burguesa de Santos uma "camisa de força" (LAMOUNIER, 2006, p. 386).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

repúdio ao liberalismo por parte dos autoritários levava-os a partilhar da subordinação do mercado ao Estado, seu natural domesticador.

O segundo item, a *visão orgânico-corporativa da sociedade*, anuncia a formação de uma sociedade de pequenos produtores, na qual a interpretação de Alberto Torres é a referência. Trata-se do foco agrário acima do banco e da indústria. Se para muitos ideólogos do Estado a expansão do industrialismo era central para o desenvolvimento econômico do país, para outros esta não era a solução. A rigor, a discussão permeia a "organização" de uma nação que ainda não existia. Aqui também são enquadradas as compreensões de Gilberto Amado, Oliveira Vianna e Torres (LAMOUNIER , 2006, p. 390-391). O Estado impulsionaria a almejada organização social.

O *objetivismo tecnocrático* oferece uma crítica ao modelo republicano, bem como uma aproximação a Oliveira Vianna. Seria, por assim dizer, a substituição de uma política ilusória para uma forjada na "realidade nacional" e sabedora dos "reais" problemas nacionais. Os diferentes "Brasis" eram colocados frente a frente. Oliveira Vianna se apropria do conceito de engenharia social durkheimiana para operar um novo sentido de diagnóstico da sociedade brasileira e do rompimento de antigos preceitos viciados da política nacional (VIANNA, 2004, p. 170). As Ciências Sociais são convidadas ao debate e legitimam cientificamente uma estrutura autoritária. Em suma, escreve Lamounier sobre os autoritários:

> A construção de modelos institucionais não constitui, a rigor, neste sentido, exercício de imaginação política, mas sim aplicação de capacidade técnico-científica. A tarefa científica da sociologia é produzir o diagnóstico que conduzirá à socioterapia tecnocrática (LAMOUNIER, 2006, p. 393).

A *visão paternalista-autoritária do conflito social* é outra característica que, segundo Lamounier, define os autoritários. Enquanto o mercado percebe o conflito social como constituinte das relações sociais, a *ideologia de Estado* prevê a supressão dos conflitos. Segundo o autor, em vista do diagnóstico da Primeira República, a sociedade brasileira era como uma panela de pressão, ou seja, inofensiva e controlável desde que manipulada com precaução. Por um viés histórico nacional, o país era apresentado como uma sociedade de constantes conflitos sociais. O papel do Estado estaria na mediação entre o Individual *versus* o Coletivo. De quem é a responsabilidade da normatização e tutela social? De que modo o conflito social não prejudicaria uma construção unitária de nação? Caberia ao Estado a responsabilidade pela tomada de ações para o controle do indivíduo em prol da comunidade. Tal ordem pode ser exposta no sentido da autoridade do Estado sobre interesses regionais ou locais, visto que o Estado teria o poder de intervenção específica a fim de garantir a harmonização nacional.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Muito do que Penna escreve parece se encaixar perfeitamente no quadro arquitetado por Lamounier para compreender o pensamento autoritário da Primeira República. Em *Saneamento do Brasil*, explica:

> Somos partidários decidido da intervenção do Estado nas questões de higiene, indissoluvelmente ligadas a todos os problemas de ordem econômica, política e social.
> Não compreendemos autonomias estaduais e municipais em matéria de saúde pública, quando a nação deve ser constituída da solidariedade, da união e da uniformidade de vistas dos Estados, e estes da união e solidariedade dos municípios.
> Nesse assunto não pode, nem deve haver simples interesse regional ou local, porque ele é nacional, devendo haver uma só orientação e uma só ação, embora auxiliada pelos estados e municípios, que participarem dos benefícios (PENNA, 1918, p. 167-168).

Ao colocar a saúde pública como tema central, Penna não concebe a intervenção do Estado como uma ameaça ao indivíduo, mas ao contrário, era uma ação que o protegia. Essa face protetora garantiria a sobrevivência da sociedade pensada no sentido coletivo e de solidariedade frente aos interesses escusos da politicalha e, em especial, no esforço em domesticar o interesse privado, direcionando-o para o bem público. As elites oligárquicas, consideradas moralmente corrompidas, voltam ao cerne da análise como responsáveis pela desordem social. A ação centralizadora teria o efeito de controlar as elites locais e privilegiar a ordem em contraposição à liberdade e aos interesses privatistas (BRANDÃO, 2005, p. 247).

Penna, enquanto "sociólogo por convicção", parte da compreensão do quadro do país "real" para explicar o seu atraso e a ausência de cuidados com a população desassistida pelo poder público. Este pressuposto forja o sentimento de uma política nacional desacreditada, eivada de egoísmos e afastada do seu comprometimento com o Brasil "real". Vale lembrar que as interpretações sociológicas elaboradas por Penna, ainda que muitas vezes fossem apresentadas em uma linguagem moralizante, estavam calcadas nas análises de Alberto Torres e Oliveira Vianna, não por coincidência dois dos autores mobilizados na discussão teórica de Lamounier. Além disso, Penna também se alinhou e foi politicamente fiel a Francisco Campos durante a sua estadia no Governo Vargas, outro autor trabalhado por Lamounier.

Embora o modelo de *ideologia de Estado* desenvolvido por Lamounier aparentemente esteja se ajustando ao pensamento autoritário de Penna, não há um encaixe perfeito. Penna desenvolveu uma relação recorrente com as instituições partidárias, de modo que seu envolvimento com Partido da Mocidade e o Partido Democrático não permite enquadrá-lo fielmente na perspectiva da *não-organização da "sociedade civil"* e da *não-mobilização*, característica atribuída por Lamounier aos autoritários. Enquanto Oliveira Vianna (1927, p.

115-116) questionava os partidos por gravitarem em torno de programas e não de pessoas, Penna acreditou na eficácia do discurso da organização partidária e da mobilização das massas quando orquestradas por líderes "verdadeiramente patriotas". Esta é a razão pela qual se envolveu com partidos antes e depois do golpe de 1930.

Vejamos com mais vagar a relação de Penna com os partidos políticos. Embora envolvido em poucas atividades partidárias, Penna aproximou-se do Partido da Mocidade e do Partido Democrático em meados da década de 1920. Em especial, afinado com as políticas de ordem conservadora dos partidos. Em 26 de fevereiro de 1926, em entrevista ao *Diário da Noite*, expunha: "O meu apelo está sendo atendido nesta grande terra paulista, com a fundação de dois partidos, o da Mocidade e Democrático, cujos programas contém os mesmos ideais orgânicos, o do saneamento físico, moral e político do Brasil"[7].

No que se refere ao Partido da Mocidade (1925), Penna foi seduzido por sua agenda de regeneração da moralidade cívica, sociedade conservadora, aplicação da higiene, combate ao alcoolismo e voto secreto. Também atuou como conferencista e apoiou publicamente o partido em impressos periódicos desde a sua fundação. Considerava satisfatória a mobilização da juventude brasileira ao despertar para os problemas nacionais e reivindicar uma posição política (PENNA, 1925).

Mesmo acreditando ser o Estado um ordenador da sociedade, Penna não desconsiderava o poder de organização dos seus membros. Aliás, a discussão de um povo saudável fisicamente e moralmente qualificava o brasileiro a pensar enquanto coletividade, inclusive politicamente. Em outras palavras, bastaria o despertar de uma consciência nacional para mobilizar as massas rumo ao seu destino. Para este fim, inicialmente, era preciso recuperá-las do imobilismo, ainda que o primeiro passo coubesse às classes dirigentes. Por este motivo seu discurso era pautado no despertar de uma "consciência nacional", sendo necessário libertar o brasileiro da "anarquia mental". Em *Política de Vermes* clamava para os moços de São Paulo tomarem para si a tarefa "grandiosa, humanitária e patriótica" do saneamento físico e moral do Brasil (PENNA, 1926, p. 17).

Sua participação, inclusive, envolvia trocas de correspondências com a cúpula do partido. Em seu arquivo pessoal duas cartas sobressaem em relação à comunicação. A primeira à cúpula de membros do conselho diretor do Partido da Mocidade, em 4 de novembro de 1925, composta por Eurico Branco Ribeiro (1902-1978), Moacyr Amaral Santos (1902-1983), Breno

7 Entrevista de Belisário Penna para o *Diário da Noite*. São Paulo, 23 de outubro de 1926.

Braz de Amaral e Paulo Gonçalves (1897-1927). A segunda, de 16 de novembro de 1925, dirigida a Plínio Gomes de Mello (1900-1993), fundador e financiador da *Revista Mocidade*[8], que se amparava em uma vertente nacionalista.[9]

Nas duas correspondências[10], Penna expunha sua visão para os integrantes do Partido da Mocidade e pontuava as aproximações entre suas convicções e as propostas do partido, reafirmando seu discurso político sanitarista e preocupado com a questão moral e agrária do país. Com relação à política nacional, mantinha o argumento de que era preciso repensar o poder político brasileiro, sobretudo na contenção das farsas eleitorais e os problemas acarretados pelo federalismo. Em síntese, dizia:

> Bastará ao Partido da Mocidade criar a mentalidade antipoliticalheira, pela repulsa manifesta, em grande escala, aos politicalhões, politicalheiros e politicalhotes, para prestar ao Brasil serviço inestimável e sem igual.
> Esse seria o ponto de partida de todas as reformas de moralização do regime, inclusive o voto secreto, que só será burlado, entre nós, depois de isolados os caftens da nação, atualmente senhores absolutos de todos os elementos de compressão e de corrupção, de que usam e abusam criminosamente.[11]

Entendo que a aproximação com Plínio de Mello e o Partido da Mocidade deu-se tanto pelo aspecto conservador quanto pela compreensão de nação, que seguia a geração crítica da República da década de 1920. Assim como Penna, Mello seguia as bases das propostas de Alberto Torres e se orientava nas discussões nacionais de Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso.[12]

---

8 Entre os publicistas estavam: Oliveira Vianna, Graça Aranha (1868-1931), Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Vicente Licínio Cardoso, Dario Veloso (1869-1937) (filósofo no Paraná), Ângela Guido, Plínio Salgado, Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo (1894-1974) e João Ribeiro (1860-1934). Depoimento de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm (Acesso em 24 de janeiro de 2025).

9 Plínio de Mello, a partir de 1926, passa a simpatizar com o comunismo e parte para uma guinada à esquerda.

10 Carta de Belisário Penna a Plinio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC); Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

11 Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925, p. 7. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

12 Em depoimento, Plinio de Mello explica sua orientação naquele período: "O nacionalismo decorria das circunstâncias da época que procurava demonstrar que a realidade brasileira não poderia se circunscrever àquele ufanismo nacionalista predominante em certos círculos políticos. Devia-se encarar nossos problemas com mais objetividade de modo que se pudesse contrapor à política dominante, uma política mais eficiente com realizações capazes de atender às necessidades do povo brasileiro. Por isto é que Oliveira Vianna, Vicente Licínio Cardoso e o próprio Alberto Torres vinham fazendo críticas severas ao idealismo da antiga constituição, sem correspondência prática na vida política. Pensava-se em formar um grupo de jovens intelectuais que pudessem promover, - inicialmente, uma campanha pelo voto secreto, e pela participação na vida social e política brasileira. E sobretudo, pregavam o serviço civil obrigatório em substituição ao serviço militar. Por exemplo, o estudante, durante o curso, nas férias e mesmo depois de formado, deveria participar da vida social brasileira, através de excursões pelo interior, no sentido de observar e conhecer as condições de vida das populações do interior do país" (Depoimento

Embora não tenha disputado o pleito eleitoral, o Partido da Mocidade assumia um papel de transformação do poder político brasileiro a partir de um setor da burguesia paulista insatisfeito com a situação. Sua anexação ao Partido Democrático compreende a junção de forças na segunda metade da década de 1920 frente à oligarquia dominante, especialmente a rural.

Para Carone, o Partido Democrático corresponde à união de uma série de dissidências na classe dominante paulista, não mais respondendo unicamente ao Partido Republicano Paulista. As diversas cisões da elite paulista desde a década de 1890 se intensificaram com a criação de movimentos cívicos no século XX como a Liga Nacionalista e Liga de Defesa Nacional, compostos por membros das oligarquias, como Assis Brasil e Júlio de Mesquita Filho (1892-1969) (CARONE, 1974, p. 389). Na década de 1920, aparecem com maior força contestadora a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade - ambos seriam incorporados ao PD, em 1926 -, na qual o voto secreto desempenhava papel relevante como meio de transformação legal. O surgimento do Partido Democrático significou a oposição e ao mesmo tempo a continuidade do Partido Republicano Paulista (CARONE, 1974, p. 399). Representado, entre outros, por Antônio Conselheiro Prado (1840-1929), o partido acreditava no processo eleitoral como alternativa para a execução de um poder considerado democrático.

O Partido Democrático aliançou com as classes médias de São Paulo e com grupos descontentes do setor agrário (FAUSTO, 1997, p. 55). Embora a pauta do PD congregue o voto secreto, a fiscalização dos resultados eleitorais – devido à manipulação eleitoral das oligarquias rurais – e a modernização por meio de reformas do ensino, a classe operária ficou à margem de representação no partido. Isto porque sua representatividade almejava uma parcela da classe dominante e não a totalidade dos trabalhadores. O caráter reformador do partido insere-se na reestruturação do pacto oligárquico e não na sua destituição (MICELI, 2001, p. 91-92). Posteriormente, em 1932 o PD iniciou uma aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP), criando a "Chapa Única por São Paulo", na qual elegeu 17 dos 22 deputados (PANDOLFI, 1987, p. 16).

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, o PD prometia uma remodelação dos costumes políticos, principalmente diante do descrédito da oligarquia dominante. O partido se colocava como uma renovação política e moralizadora, embora utilizasse de práticas que combatia, como

---

de Plínio de Mello a Maria Eugenia Boaventura. Cf.: http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2025).

o voto de cabresto. Em resumo, "O Partido Democrático colocava-se exatamente como alternativa intermediária: reformar-se, sem alterações substantivas, a ordem burguesa" (PRADO, 1984, p. 80). Além da moralização, o PD anunciava sua frustração com a República e prometia recolocar o país no "caminho da virtude" (PRADO, 1984, p. 73).

De fato, esta agenda se aproximava do que propugnava Penna, que adotava a métrica do voto secreto, medidas de moralização de ordem política e social e uma reforma republicana. Além disso, ponto que considero fundamental é sua predisposição pela ascensão de uma nova elite política - dotada de uma "consciência nacional" - no poder, contestadora da elite que a precedia e afirmadora da vertente no nacionalista sulcada nas críticas dos intelectuais à República fundada em 1889.

Do ponto de vista dos partidos, a figura de Penna era bem-vinda. Após sua prisão no governo Bernardes, bem como sua retórica pública nacionalista, Penna era um "garoto propaganda" relevante para campanhas partidárias que erguiam a bandeira do nacionalismo e da moralidade. Não por acaso, seus admiradores o consideravam um exemplo de homem público comprometido com o país, sem interesse na política de carreira e crítico do *status quo* da política dominante republicana. Um discurso que o próprio Penna ressaltava, mesmo estando imerso nas administrações públicas e em pleno diálogo com essa política.

Seu lugar mais efetivo como candidato de um partido, contudo, ocorreu no Partido Democrático do Distrito Federal, provavelmente fundado em 1927[13]. O nome de Penna aparece em um cartaz do Partido Democrático do Distrito Federal como candidato à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Mais uma evidência da sua confiança nas instituições partidárias. Ao seu lado estavam Adolpho Bergamini (1886-1945), Raul Leitão da Cunha, Astolpho Vieira de Rezende (1870-1946), Luiz Carlos de Araújo Pereira, Arthur Cumplido Sant'Anna, Targino Ribeiro, Luiz Cantanhede de Carvalho Almeida, Justo Rangel Mendes de Moraes (1883-1968) e Domingos José da Silva Cunha.[14] Raul Leitão da Cunha foi o único eleito entre os candidatos.

Minha hipótese é que, após ter saído do governo Vargas, Penna tenha sido seduzido por seu antigo amigo e uma das lideranças do partido, o também médico e sanitarista Leitão da Cunha, para figurar como candidato à Constituinte. Em 1934, após diversas comissões, o

13 A ocorrência mais antiga que encontrei a respeito do Partido Democrático do Distrito Federal em impressos periódicos foi em: *O JORNAL*. Partido Democrático do Districto Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927, p. 10.

14 Manifesto do Partido Democrático ao Povo Carioca. S/D. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

Partido Democrático do Distrito Federal se funde com o Partido Economista do Brasil.[15] A essa altura Penna estava afastado da movimentação partidária e da vida pública.

A partir da relação entre Penna e os partidos, sugiro que sua perspectiva de partido era semelhante à lógica das Ligas – tal como a Liga Pró-Saneamento do Brasil – que buscava mais mobilizar a sociedade em prol de uma causa, com viés moralizante, do que uma dinâmica de partido político propriamente dito, quando organizações partidárias movidas por causas e interesses específicos e parciais são orientadas para a aquisição do poder (WEBER, 2009, p. 194-195) Evidentemente, o apoio de Penna aos partidos ou líderes dependia de como estes compactuavam com o seu projeto de nação. Não raramente percebia em figuras políticas ícones salvacionistas e viabilizadores da sua ideologia político-sanitária. Foi assim com Wenceslau Brás, Washington Luís, Getúlio Vargas e Plínio Salgado.

Por sua vez, Penna estava alinhado ao *elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política*, outra característica dos autoritários segundo Lamounier. Para mudar o *status quo* das oligarquias latifundiárias e despertar a consciência nacional era preciso uma ruptura brusca com o sistema vigente e seu liberalismo malsão. Nesse sentido, o fortalecimento do Estado e o uso de um aparato instrumental cerceador e persuasivo era imperativo para o alcance das idealizações. Esta foi uma das razões pela qual Penna passou a apoiar o movimento tenentista na década de 1920. Mais ainda quando se juntou aos revoltosos de outubro de 1930. Havia um consenso ideológico para estes intelectuais de que o Estado forte era o caminho para atingir o objetivo de um centro político.[16]

Mesmo não considerando adotar a *ideologia de Estado* como molde definitivo para a construção de um Estado autoritário, a discussão permite situar de que modo intelectuais na Primeira República desenvolveram o pensamento autoritário maturado institucionalmente na década de 1930, momento no qual um setor da elite do país tomava de assalto a política nacional e rompia com a República liberal oligárquica, na expressão de Maria Efigênia Resende.[17] Ao mesmo tempo, penso a *ideologia de Estado* como uma fórmula genérica da construção de um pensamento autoritário no entreguerras.

---

15 *Jornal do Brasil.* A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934, p. 8.

16 LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. op.cit., p. 404.

17 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. op.cit., p. 89-120.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A impossibilidade de enquadrar Penna nos tópicos da *não-organização da "sociedade civil"* e da *não-mobilização* política não é apenas incompatível com o modelo de *ideologia de Estado*, mas significa a peculiaridade da construção do seu pensamento. Isto porque Penna jamais abandonou a crença de que a população era uma ferramenta para a mudança social no Brasil, ainda que em geral dirigisse um olhar elitista para as massas. Sua tentativa em centralizar a nação e eleger um Estado tutelar possuía uma razão emancipatória da própria sociedade, ainda que não em direção ao liberalismo. Sendo assim, tendo em mente essa discussão, Penna pode ser tomado como um pensador autoritário.

Todavia, sua discordância com o governo Vargas o fez desembarcar ainda na metade do Governo Provisório que ajudou a edificar. Concomitantemente foi seduzido por ideias integralistas em que a mobilização, a figura do grande líder, a moralização, a vigilância, o conservadorismo e o discurso integracionista pareciam mais efetivas. Penna mantinha suas convicções autoritárias, mas invertia a lógica de ação política ao migrar do projeto de Vargas para o integralismo de Plínio Salgado.

Considerações Finais

Ao analisar a trajetória de Penna notei que o seu poder de negociação política era bastante limitado. O sanitarista era identificado pela sua filiação ao Instituto Oswaldo Cruz, o que lhe permitiu um reconhecimento técnico por parte da intelectualidade e da classe dirigente, sobretudo aquela envolvida com a retórica nacionalista-salvacionista. Ao centralizar seus discursos no saneamento como uma questão de salvação nacional, se alinhava à visão de outros intelectuais nacionalistas, como Monteiro Lobato, que acabavam por simpatizar e propagandear a sua proposta de consciência sanitária. Tal proposta o acompanhou durante toda a sua trajetória política-intelectual.

De fato, uma vez que as políticas públicas caminhavam para uma maior centralização e articulação entre estados e União, o projeto de Penna conquistava mais adeptos. Na sua ótica, a autoridade e a centralização política e administrativa rearranjariam a fragmentação causada pelo federalismo. O discurso autoritário, marca de suas propostas, visava uma constante vigilância social para assegurar a implementação desses projetos e garantir a obediência dos estados e da população.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Penna costumava flertar com projetos autoritários, uma vez que, do seu ponto de vista, viabilizariam um projeto de país com uma 'nação saneada'. Sua presença no Governo Provisório de Getúlio Vargas e na Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) são exemplos de movimentos políticos e ideológicos que ele apoiou em nome da crença de que suas teses estariam na ordem do dia do país.

Referências

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, pp. 231-269.

CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2019.

Carta de Belisário Penna a Plinio de Mello. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC);

Carta de Belisário Penna a Eurico Branco Ribeiro, Amaral Santos, Breno Braz de Amaral e Paulo Gonçalves. (Membros do Conselho Diretor do Partido da Mocidade). Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1925. (recorte avulso, Fundo Belisário Penna, DAD-COC).

CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, 1985, pp. 193-210

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930:* historiografia e história. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Cristina Maria Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*: dualidade institucional de um bem público. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

JORNAL DO BRASIL. A fusão dos partidos Economistas e Democráticos. Rio de Janeiro, Ano XLIV, n. 89, 15 de abril de 1934.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. pp. 371-404.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 5 v. 2, 2000. pp. 313-332.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira.* 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O JORNAL. Partido Democrático do Districto Federal. Rio de Janeiro, Ano IX, n. 2678, 28 de agosto de 1927.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da revolução de 30 ao golpe de 37:* a depuração das elites. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PENNA, Belisário. ACORDA MOCIDADE. *Folha da Manhã*. São Paulo, 16 de novembro de 1925.

PENNA, Belisário. *Clama! Clama! Ne Cesses! Correio da Manhã.* Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 11.441, 31 de março de 1932.

PENNA, Belisário. *Política de Vermes*. Conferência realizada em São Paulo, a convite do Partido da Mocidade, em 21 de outubro de 1926.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1918.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926/1934). *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 117, 1984, pp. 71-85.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil Republicano*: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 89-120.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil.* 2ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. 1ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Editora Terra de Sol, 1927.

WEBER, Max. "Class, status, party". In: _____. *From Max Weber*: Essays in Sociology. London and New York: Routledge, 2009. pp. 194-195.